

# Superior Tribunal de Justiça

PETIÇÃO Nº 9.815 - DF (2013/0072640-8)

RELATOR : MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO  
REQUERENTE : CHEVRON CORPORATION  
ADVOGADOS : CELSO CINTRA MORI E OUTRO(S) - SP023639  
LEONARDO PERES DA ROCHA E SILVA - DF012002  
CARLOS MÁRIO DA SILVA VELLOSO - DF023750  
REQUERIDO : MARIA AGUINDA SALAZAR E OUTROS  
ADVOGADO : SÉRGIO BERMUDEZ - DF002192A

## EMENTA

PROCESSO CIVIL. BENEFÍCIO DE GRATUIDADE DE JUSTIÇA FORMULADO POR ESTRANGEIRO NÃO RESIDENTE NO PAÍS SOB A ÉGIDE DA LEI N. 1.060/1950. CONVENÇÃO INTERAMERICANA SOBRE EFICÁCIA EXTRATERRITORIAL DA SENTENÇA E DOS LAUDOS ARBITRAIS ESTRANGEIROS. NÃO APLICAÇÃO NO CASO CONCRETO.

1. A assistência judiciária gratuita, sob a égide da Lei n. 1.060/1950, não é passível de concessão a estrangeiro não residente no Brasil.

2. É inequívoca a impossibilidade de extensão, ao procedimento de homologação de sentença estrangeira, de benefício que não fora pleiteado no processo que lhe deu origem, sendo inaplicável ao caso, portanto, a Convenção Interamericana sobre Eficácia Extraterritorial da Sentença e dos Laudos Arbitrais Estrangeiros, segundo a qual "o benefício de justiça gratuita reconhecido no Estado de origem da sentença será mantido no de sua apresentação".

3. A alegação de miserabilidade dos autores da "Ação de Lago Agrio" deve ser afastada, ante a vultosa quantia que despenderam no curso daquela ação, conforme consta nos autos da SEC 8.542/EX.

## ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, os Ministros da Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça acordam, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas, por unanimidade, acolher o pedido de revogação de gratuidade de justiça, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Mauro Campbell Marques, Benedito Gonçalves, Raul Araújo, Sérgio Kukina, Nancy Andrighi, João Otávio de Noronha, Humberto Martins, Maria Thereza de Assis Moura, Herman Benjamin, Jorge Mussi e Og Fernandes votaram com o Sr. Ministro Relator.

Impedido o Sr. Ministro Felix Fischer.

Ausentes, justificadamente, os Srs. Ministros Felix Fischer, Francisco Falcão e Napoleão Nunes Maia Filho.

Convocado o Sr. Ministro Sérgio Kukina.

Ana  
Traductor  
Mat. T.º XX  
Inscrip

Tras  
Mat.  
I

Tras  
Mat.

Ana Carolina Casciano  
Traductora Pública de Portugués  
Mat. T.º XXI F.º 243 Capital Federal/CABA  
Inscripción CTFCBA N.º 8841

# *Superior Tribunal de Justiça*

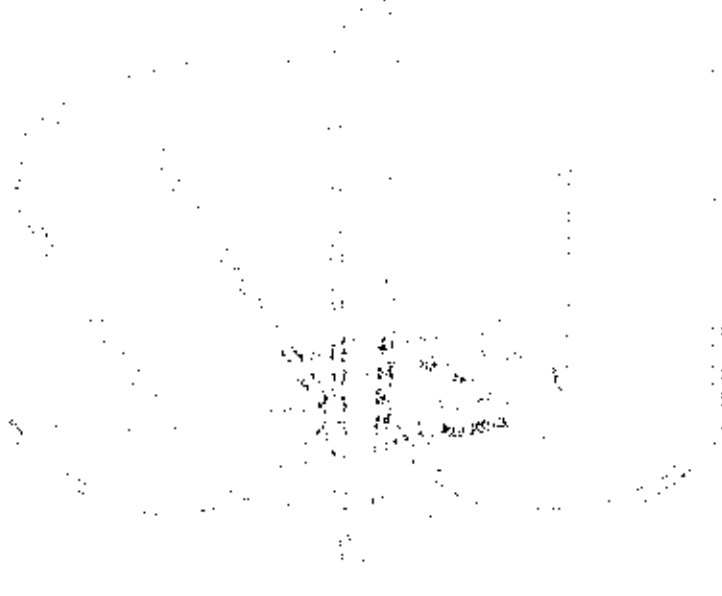
Brasília (DF), 29 de novembro de 2017(Data do Julgamento)

**MINISTRA LAURITA VAZ**

Presidente

**MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO**

Relator



Carolina Cas  
a Pública de F  
I F.º 243 Capital F  
ción CTPCBA N.º

Ana Ca  
luctora  
T.º XXI F.  
nscripción:

An  
duc  
T.º  
Insc

Ana Carolina Casciano  
Traductora Pública de Portugués  
Mat. T.º XXI F.º 243 Capital Federal/CABA  
Inscripción CTPCBA N.º 8841

# Superior Tribunal de Justiça

PETIÇÃO Nº 9.815 - DF (2013/0072640-8)  
REQUERENTE : CHEVRON CORPORATION  
ADVOGADOS : CELSO CINTRA MORI E OUTRO(S) - SP023639  
LEONARDO PERES DA ROCHA E SILVA - DF012002  
CARLOS MÁRIO DA SILVA VELLOSO - DF023750  
REQUERIDO : MARIA AGUINDA SALAZAR E OUTROS  
ADVOGADO : SÉRGIO BERMUDEZ - DF002192A

## RELATÓRIO

O SENHOR MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO (Relator):

1. Trata-se de impugnação ao benefício da justiça gratuita, formulado nos autos da SEC 8.542 (fls. 497-498 daqueles autos), deferido pela Presidência desta Casa (fl. 718 dos autos da SEC).

Alega a Chevron Corporation que os impugnados estão sendo orientados e financiados por organização muitíssimo bem estruturada por advogados e investidores internacionais, não preenchendo os requisitos legais e constitucionais exigidos para a concessão do benefício concedido, uma vez que (fls. 2-3):

- a) Os Impugnados são estrangeiros não residentes no Brasil e, portanto, nos termos do art. 2º da Lei nº 1.060/50, não fazem jus ao benefício de justiça gratuita;
- b) O povo brasileiro não deve custear ação que visa a homologação de sentença equatoriana que foi exarada como resultado de atos que, de acordo com cortes norte-americanas, foram maculados por fraudes cometidas pelos Impugnados e seus advogados;
- c) Documentos obtidos ficitamente pela Impugnante nos EUA revelaram que os Impugnados estão sendo financiados por um consórcio de escritórios de advocacia norte-americanos e fundos de investimentos, cuja saúde financeira nem de longe faz lembrar qualquer situação de pobreza, muito menos de miserabilidade, considerando que "segundo estimativas [os Impugnados] já devem ter desembolsado alguns bons pares de milhões de dólares para sustentar a demanda" (doc. nº 2);
- d) Embora se qualifiquem como "miseráveis e famintos", os Impugnados estão protagonizando um dispendioso contencioso internacional para tentar executar a sentença equatoriana, inclusive com a apresentação de pedidos de homologação no Brasil, Canadá e Argentina, sempre representados por conhecidos escritórios de advocacia, e não pelos órgãos públicos de assistência judiciária; e
- e) Os Impugnados nunca requereram o chamado "amparo de pobreza" na ação originária ainda em curso no Equador (o "amparo de pobreza" é o mecanismo equatoriano semelhante ao benefício previsto na Lei nº 1.060/50). Ao contrário, arcaram com vários custos daquela ação, incluindo honorários de US\$ 271.814,00 de perito judicial.

A requerente acosta aos autos os documentos de fls. 906-946, entre os quais uma cópia traduzida e consularizada da declaração juramentada de Ivan Alberto

Ana  
Traductora  
Mat. T.º X  
Inscrip.

ino  
tugués  
ra/CABA  
841

olina Casciano  
ública de Portugués  
243 Capital Federal/CABA  
CTPCBA N.º 8841

a Ce  
tora  
001 F.  
ipció

Ana Carolina Casciano  
Traductora Pública de Portugués  
Mat. T.º XXI F.º 243 Capital Federal/CABA  
Inscripción CTPCBA N.º 8841

# Superior Tribunal de Justiça

Racines Enriquez, advogado equatoriano doutor em jurisprudência, com vistas à verificação acerca da existência ou não de concessão de gratuidade de justiça aos 48 autores da Ação de Lago Agrio, em que o declarante concluiu que (fl. 908):

[...] nenhuma das pessoas que constam como autoras dentro da demanda que deu origem ao julgamento do Lago Agrio, seja a título pessoal ou por intermédio de Procurador Judicial, solicitaram litigar com o amparo de pobreza, regulado pelo Código de Procedimento Civil, nem portanto foi-lhes concedido esse benefício por ordem judicial.

Às fls. 950-1.317, requer a juntada de documentos novos e relevantes, tendentes a provar que:

(i) os Impugnados pagaram, no mínimo, US\$ 21,4 milhões a advogados e outros profissionais contratados para atuar nos processos contenciosos relacionados à Ação de Lago Agrio, incluindo as tentativas de execução da sentença equatoriana que é objeto da SEC nº 8542 na Argentina, no Canadá e no Brasil; (ii) de acordo com registros contábeis obtidos em ação judicial nos Estados Unidos, os Impugnados pagaram, pelo menos, US\$ 40 mil aos seus patronos brasileiros por serviços jurídicos relacionados ao pedido de homologação (SEC nº 8542); e (iii) os Impugnados pagaram, no mínimo, US\$ 420.488,00 a título de taxas judiciais e custas processuais na Ação de Lago Agrio no Equador, não tendo jamais sido beneficiados pela assistência judiciária gratuita naquele País. Adicionalmente, a CHEVRON CORPORATION requer a juntada da transcrição de depoimentos feitos durante um julgamento, nos quais representantes dos Impugnados admitem ter obtido US\$ 38,7 milhões em recursos para financiar o litígio.

Às fls. 1.324-1.910, solicitação para a juntada de outros documentos que comprovariam que:

Doc. nº 1- o financiador de processos judiciais Russel DeLeon e seu fundo de investimentos Torvia Ltd. admitiram ter pago aproximadamente US\$ 23 milhões entre 2007 e 2013 para ajudar a financiar os esforços dos Impugnados em obter a sentença equatoriana objeto da SEC nº 8542/EC e executá-la no Brasil e em outras jurisdições;

Doc. nº 2- um Juiz Federal norte-americano concluiu que os Impugnados são financiados e fizeram com que investidores pagassem as despesas da ação no Equador e de processos de execução correlatos; e

Doc. nº 3- a Corte Suprema de Gibraltar decidiu que a CHEVRON CORPORATION tem "uma razoável perspectiva de sucesso" em sua reivindicação de que o Sr. Russel DeLeon sabia ou "fez vista grossa", enquanto financiava o litígio, para os meios criminosos utilizados pelos advogados norte-americanos dos Impugnados na obtenção da sentença equatoriana objeto da SEC nº 8542/EC.

Em sua impugnação, os requeridos alegam que (fls. 1.920-2.285): a) o procedimento de homologação de sentença estrangeira independe do recolhimento de custas processuais (art. 1º da Resolução n. 9/2005 do STJ); e b) o benefício da justiça gratuita concedido, na origem, deve ser mantido no Estado de apresentação da

Carolina Cascio  
Traductora Pública de Portugués  
Mat. T.º 243 Capital Federal/CABA  
Inscripción CTRCBA N.º

Ana Carolina  
Traductora Pública de Portugués  
Mat. T.º 243 Capital Federal/CABA  
Inscripción CTRCBA N.º

Carolina Casciano  
Traductora Pública de Portugués  
Mat. T.º 243 Capital Federal/CABA  
Inscripción CTRCBA N.º 8841

Ana Carolina Casciano  
Traductora Pública de Portugués  
Mat. T.º 243 Capital Federal/CABA  
Inscripción CTRCBA N.º 8841



# Superior Tribunal de Justiça

homologação.

Em réplica, a Chevron Corporation salienta a não comprovação do deferimento do mencionado benefício pela Justiça equatoriana (fls. 2.290-2.472).

Intimados para apresentação da decisão que deferira o pedido de gratuidade de justiça no processo de origem (fl. 2.288), os requeridos solicitaram prazo adicional por duas vezes consecutivas (fls. 2.475-2.476 e 2.494-2.500).

O terceiro requerimento de dilação do prazo (fls. 2.508-2.509) foi indeferido por esta relatoria, que determinou a juntada no prazo máximo de 5 dias, tendo sido apresentados os documentos de fls. 2.525-2.687.

O Ministério Público opinou pela revogação do benefício, nos seguintes termos (fls. 3.407-3.417):

- Petição requerendo a revogação do benefício de gratuidade da justiça deferido nos autos da SEC nº 8.542/EC.
- Os Requeridos não lograram comprovar que o benefício de gratuidade da justiça foi realmente concedido pela Justiça Equatoriana no processo em que proferida a sentença apresentada no Brasil para homologação. Assim, a eles não pode ser aplicado o art. 5º da Convenção Interamericana sobre Eficácia Extraterritorial das Sentenças e Laudos Arbitrais Estrangeiros (promulgada no Brasil pelo Decreto nº 2.411/1997), segundo o qual "O benefício de justiça gratuita reconhecido no Estado de origem da sentença será mantido no de sua apresentação". Ademais, a concessão do benefício de gratuidade da justiça nos autos da SEC nº 8.542/EC não pode ser analisada sob a ótica da Lei nº 1.060/1950, vigente à época em que requerida a benesse, pois a norma disposta em seu art. 2º restringia o benefício aos estrangeiros residentes no país. Finalmente, conquanto a gratuidade da justiça seja atualmente disciplinada pela Lei nº 13.105/2015 (Novo Código de Processo Civil), que possibilita sua concessão aos estrangeiros não residentes no Brasil, cumpre lembrar que, tratando-se de benefício jurídico de natureza material, não se lhe pode aplicar a novel legislação vigente, que só incide imediatamente aos processos em andamento para as questões de natureza processual. Portanto, sob qualquer prisma que se analise a questão, infere-se que os ora Requeridos não poderiam ter sido agraciados com o benefício de gratuidade da justiça deferido nos autos da SEC nº 8.542/EC.
- Parecer pelo deferimento do presente pleito de revogação do benefício de gratuidade da justiça.

É o relatório.

3  
gués  
/CABA  
1

Ana Carolina Casolano  
Traductora Pública de Portugués  
43 Capital Federal/CABA  
CIPCBA N.º 8841

Ana  
Traduct  
Mat. T.º 10  
Inscrip

Ana Carolina Casolano  
Traductora Pública de Portugués  
Mat. T.º 10 F.º 243 Capital Federal/CABA  
Inscripción CIPCBA N.º 8841

T  
M:

# Superior Tribunal de Justiça

PETIÇÃO Nº 9.815 - DF (2013/0072640-8)

RELATOR : MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO  
REQUERENTE : CHEVRON CORPORATION  
ADVOGADOS : CELSO CINTRA MORI E OUTRO(S) - SP023639  
LEONARDO PERES DA ROCHA E SILVA - DF012002  
CARLOS MÁRIO DA SILVA VELLOSO - DF023750  
REQUERIDO : MARIA AGUINDA SALAZAR E OUTROS  
ADVOGADO : SÉRGIO BERMUDEZ - DF002192A

## EMENTA

PROCESSO CIVIL. BENEFÍCIO DE GRATUIDADE DE JUSTIÇA FORMULADO POR ESTRANGEIRO NÃO RESIDENTE NO PAÍS SOB A ÉGIDE DA LEI N. 1.060/1950. CONVENÇÃO INTERAMERICANA SOBRE EFICÁCIA EXTRATERRITORIAL DA SENTENÇA E DOS LAUDOS ARBITRAIS ESTRANGEIROS. NÃO APLICAÇÃO NO CASO CONCRETO.

1. A assistência judiciária gratuita, sob a égide da Lei n. 1.060/1950, não é passível de concessão a estrangeiro não residente no Brasil.
2. É inequívoca a impossibilidade de extensão, ao procedimento de homologação de sentença estrangeira, de benefício que não fora pleiteado no processo que lhe deu origem, sendo inaplicável ao caso, portanto, a Convenção Interamericana sobre Eficácia Extraterritorial da Sentença e dos Laudos Arbitrais Estrangeiros, segundo a qual "o benefício de justiça gratuita reconhecido no Estado de origem da sentença será mantido no de sua apresentação".
3. A alegação de miserabilidade dos autores da "Ação de Lago Agrio" deve ser afastada, ante a vultosa quantia que despenderam no curso daquela ação, conforme consta nos autos da SEC 8.542/EX.

## VOTO

O SENHOR MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO (Relator):

2. Nos autos da SEC 8.542/EX, em que se objetiva a homologação da sentença proferida pela Justiça equatoriana, em demanda de indenização por danos ambientais, internacionalmente conhecida como "Ação do Lago Agrio", os então autores - ora requeridos - solicitaram, em 13/3/2013, a concessão da gratuidade de justiça, aos seguintes argumentos (fls. 10-11 daqueles autos):

Miseráveis e famintos, vítimas de vexaminoso e temerário atentado à sua higidez física e moral, sem recursos para custear o processo, os autores afirmam, nos termos do art. 4º da Lei 1.060, de 05.02.50, que não estão em

Art:  
Tradu  
Mat. T.º  
Insc

Carolina C  
a Pública c  
F.º 243 Capi.  
ción CTPCBA

Ana Carolina Casciano  
Traductora Pública de Portugués  
Mat. T.º XXI F.º 243 Capital Federal/CABA  
Inscripción CTPCBA N.º 8841

de  
L

# Superior Tribunal de Justiça

condições de pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo próprio e de suas famílias. Por isso, requerem os benefícios da assistência judiciária, constantes dos incisos do art. 3º da referida lei.

3. É bem verdade que o Código de Processo Civil de 2015 dispõe especificamente sobre o tema, prevendo, no *caput* do art. 98, que tanto a pessoa natural brasileira quanto a estrangeira, quando não dispuserem de recursos suficientes para arcar com os custos do processo, têm direito de pleitear a gratuidade de justiça, independentemente de terem residência no território nacional.

Tal norma veio a revogar, explicitamente, o art. 2º da Lei n. 1.060/1950 (art. 1.072 do CPC), o qual preconizava que apenas as pessoas físicas nacionais e estrangeiras residentes no país teriam a prerrogativa de gozar do referido benefício.

No mesmo sentido, o art. 26, II, do CPC determina que, para fins de cooperação jurídica internacional, será observada a igualdade de tratamento entre nacionais e estrangeiros, residentes ou não no Brasil, em relação ao acesso à justiça e à tramitação dos processos.

Contudo, no caso em julgamento, é imperioso notar que a assistência judiciária gratuita foi pleiteada e defendida no ano de 2013, ainda sob a vigência da Lei n. 1.060/1950 e do antigo Código de Ritos, sendo certo que, nos termos do art. 14 do CPC/2015, "a norma processual não retroagirá e será aplicável imediatamente aos processos em curso, respeitados os atos processuais praticados e as situações jurídicas consolidadas sob a vigência da norma revogada".

Sob a égide do novo CPC, não se ofende a possibilidade de tal prerrogativa ser postulada a qualquer tempo, como recentemente foi reconhecido pela Quarta Turma, no julgamento do REsp 1.225.854/RS, assim ementado:

**RECURSO ESPECIAL - AUTOS DE AGRAVO DE INSTRUMENTO - PEDIDO DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA INDEFERIDO PELAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS - PESSOA ESTRANGEIRA RESIDENTE NO EXTERIOR - ART. 2º, LEI 1.060/50 REVOGADO PELO NOVO CPC - NORMA PROCESSUAL - APLICAÇÃO IMEDIATA - RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.**

Hipótese: Trata-se de pedido de concessão do benefício da justiça gratuita por estrangeiro residente no exterior, o qual fora negado pelas instâncias ordinárias ao fundamento de que se trata de pessoa estrangeira não residente no país.

1. O artigo 2º da Lei 1.060/50 fora revogado pelo Novo Código de Processo Civil, cuja matéria passou a ser disciplinada no artigo 98 do CPC/2015, in verbis: "A pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios tem direito à gratuidade da justiça, na forma da lei." 1.1. Trata-se de norma de direito processual, portanto, a sua incidência é imediata, aplicando-se aos processos em

Carolina C  
ra Pública  
I.F.º 243 Cap  
ción CTPCB

asciano  
e Portugués  
af Federal/CABA  
N.º 8841

Ana Carolina Casciano  
Traductora Pública de Portugués  
Mat. T.º XXI F.º 243 Capital Federal/CABA  
Inscripción CTPCBA N.º 8841

Ana  
duct  
T.º  
Insc

# Superior Tribunal de Justiça

curso, consoante dispõe o artigo 14 do CPC/2015.

2. Em que pese à época da apreciação da matéria pelo Tribunal de piso, a legislação em vigor não prever a possibilidade de concessão da assistência judiciária ao estrangeiro residente no exterior, com a vigência das novas regras processuais passou-se a admitir tal hipótese.

2.1. O caput do artigo 98 do Código de Processo Civil vigente ampliou o rol dos sujeitos que podem ser beneficiados pela concessão da assistência judiciária, em relação ao disposto no revogado artigo 2º da Lei 1.060/50. Portanto, não há qualquer impeditivo legal à pessoa estrangeira residente no exterior de postular a assistência judiciária gratuita e ter seu pedido apreciado pelo juízo.

2.2. A análise dos demais requisitos exigidos pela legislação para obtenção do benefício devem ser aferidos pelas instâncias ordinárias, visto que o presente apelo fora proposto nos autos de agravo de instrumento.

3. Recurso especial conhecido e parcialmente provido.

(REsp 1225854/RS, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 25/10/2016, DJe 04/11/2016)

Naquele julgado, analisou-se a possibilidade de, negado o pedido de gratuidade de justiça, com base na Lei n. 1.060/1950, vigente à época, o estrangeiro não residente no Brasil voltar a formulá-lo, já sob a vigência do atual Código processual.

No caso sob julgamento, ao revés, o benefício foi requerido e deferido na vigência do antigo CPC e da legislação específica, a qual vedava explicitamente a gratuidade de justiça para estrangeiro não residente no país.

Nesse sentido, decisão monocrática da Presidência desta Casa, publicada em 2007, nos autos da SE 3.131/CA, de seguinte teor:

1. Indefero o pedido de assistência judiciária gratuita, uma vez que formulado por estrangeiro não-residente no Brasil (art. 2º da Lei nº 1.060/1950).

2. Emende-se a petição inicial, a fim de que seja atribuído valor razoável à causa e indicada a qualificação completa da requerida, com endereço e requerimento de citação, consoante estabelecido nos arts. 282, II e VII, e 284 do Código de Processo Civil; ou apresente a declaração de anuência da requerida com este pedido homologatório, devidamente chancelada pelo consulado brasileiro no país de origem (art. 3º, parte final, da Resolução nº 9/2005 desta Corte).

3. Providencie ainda o requerente a chancela consular brasileira no instrumento de mandato (fl. 4), por se tratar de documento firmado no exterior.

4. Ademais, é relevante notar, ainda, que a Lei n. 11.636/2007, promulgada antes do ajuizamento da SEC 8.542/EX, impôs o recolhimento de custas judiciais para todos os feitos de competência originária ou recursal no âmbito do STJ (art. 1º), ressalvando apenas o *habeas corpus* e eventuais recursos, o *habeas data* e outros processos criminais (art. 7º):

sciano  
Portugués  
Federal/CABA  
N.º 6641

Ana C  
Traductora  
Mat. T.º XXII F.  
Inscripción

Ana Carolina Casciano  
Traductora Pública de Portugués  
Mat. T.º XXI F.º 243 Capital Federal/CABA  
Inscripción CTPOBA N.º 6641

C  
na  
II F  
pc'



# Superior Tribunal de Justiça

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a incidência e a cobrança das custas devidas à União que tenham como fato gerador a prestação de serviços públicos de natureza forense, no âmbito do Superior Tribunal de Justiça, nos processos de competência originária ou recursal.

[...]

Art. 7º Não são devidas custas nos processos de *habeas data*, *habeas corpus* e recursos em *habeas corpus*, e nos demais processos criminais, salvo a ação penal privada.

Impondo o recolhimento das custas processuais em sede de homologação de provimento estrangeiro, diversos despachos exarados pela Corte Especial:

Vista dos autos ao Ministério Público Federal, com a observação de que, à época do ajuizamento da presente ação, 26/2/2008, estava sobrestado o pagamento de custas judiciais nos feitos de homologação de sentença estrangeira, nos termos do art. 1º, parágrafo único, da Resolução STJ n.º 9/2005.

As custas passaram a ser devidas com a publicação da Resolução STJ n.º 1/2008, que regulamentou a Lei n.º 11.636/2007, de 28/12/2007, e entrou em vigor na data de 27/3/2008. (SE 3443, Ministro Felix Fischer, dj. 27.6.2014)

Providencie o requerente a comprovação do recolhimento das custas judiciais, nos termos da Lei n.º 11.636/2007, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de arquivamento do processo. (SE 5.486/US, Ministro Cesar Asfor Rocha, 8/4/2010)

Intime-se a requerente para, em cinco dias, recolher as custas judiciais, nos termos da Lei 11.636/2007 e da Resolução 01/2008-STJ, sob pena de extinção do processo. (SE 3.676, Humberto Gomes de Barros, 5/8/2008)

Dessarte, ressoa manifesta a impertinência do argumento apresentado pelos requerentes no sentido de que, em conformidade com o art. 1º, parágrafo único, da Resolução n. 9/2005 do STJ, a homologação de sentença estrangeira estaria dispensada do pagamento de custas.

Em verdade, tal argumento contradiz o próprio pedido de gratuidade de justiça, sobre o qual ora se discute.

5. Ainda, alegam os requeridos que o benefício lhes fora concedido no processo originário pela Justiça equatoriana, o que implica a necessidade de sua extensão ao feito homologatório, nos termos do art. 5º da Convenção Interamericana sobre Eficácia Extraterritorial da Sentença e dos Laudos Arbitrais Estrangeiros, da qual o Brasil e o Equador são signatários, e que ostenta o seguinte teor: "o benefício de justiça gratuita reconhecido no Estado de origem da sentença será mantido no de sua apresentação".

Deveras, há no Equador o instituto do "amparo de pobreza", correlato à assistência judiciária gratuita, preconizada na Lei n. 1.060/1950, com vistas a isentar as

Ana  
Traducto  
Mat. T.º X  
Inscrip

rolina Cas  
Pública de  
º 243 Capital  
n CTPCBA N

Ana Carolina Casciano  
Traductora Pública de Portugués  
Mat. T.º XXI F.º 243 Capital Federal/CABA  
Inscripción CTPCBA N.º 6841

RFC  
P.  
C.  
N.

# Superior Tribunal de Justiça

pessoas que estejam em situação de indigência no pagamento das custas e das taxas judiciárias, essas últimas cobradas até o ano de 2008, quando a Constituição equatoriana restaurou a gratuidade do acesso à justiça, eliminando-as.

Consoante esclarecido por César Coronel Jones, Doutor em direito equatoriano, conquanto a Constituição do Equador tenha reinstituído tal benefício, "isto não se equipara à outorga do amparo de pobreza nem substitui a necessidade de se obter o amparo deste instituto para poder litigar sem pagar as demais custas" (fl. 1.267).

A despeito da alegada miserabilidade, os requerentes não lograram comprovar a postulação do amparo de pobreza no processo equatoriano.

A suposta decisão concessiva da benesse, trazida a fume pelos requeridos, foi proferida em procedimento de arresto na execução da sentença homologada, merecendo transcrição a seguinte passagem (fl. 1.926):

Com relação à gratuidade dos processos judiciais no Equador, declara-se que, efetivamente, a Constituição de 2008 confirma a gratuidade de justiça no Equador (art. 75), e até mesmo a constituição de 1998, vigente à época do início deste litígio, dispunha em sentido similar.

Neste ponto, o que perante este juiz consta do expediente, é que neste processo de execução não se exigiu dos demandantes o pagamento de valor, taxa, penhora ou qualquer garantia.

Com efeito, assim dispõe o mencionado art. 75 da Constituição Equatoriana de 2008, consoante tradução juramentada de fl. 3.204:

Art. 75 - Toda pessoa tem o direito ao acesso gratuito à justiça e à tutela efetiva, imparcial e tempestiva de seus direitos e interesses, em conformidade com os princípios de imediação e celeridade; Em nenhum caso, lhe será negada a devida defesa. O descumprimento das resoluções judiciais incorrerá nas sanções previstas pela legislação.

Procedendo-se ao cotejo entre a decisão e o referido dispositivo legal, verifica-se que a afirmação da Corte equatoriana foi no sentido de reconhecer que a Constituição garante a todos os cidadãos equatorianos o direito ao acesso livre de custas à justiça e que, por tal razão, os ora requeridos não haviam pago as custas judiciais no curso do procedimento de execução da sentença proferida na ação do Lago Agrio.

Como se vê, não houve um pedido de justiça gratuita e, portanto, nenhuma decisão nesse sentido, de modo que ressoa inequívoca a impossibilidade de extensão, ao presente feito, de benefício inexistente no processo que lhe deu origem, sendo inaplicável ao caso, portanto, a Convenção Interamericana sobre Eficácia Extraterritorial da Sentença e dos Laudos Arbitrais Estrangeiros.

É relevante registrar que a referida decisão equatoriana de arresto foi

Carolina Casc  
i Pública de P  
F.º 243 Capital F-  
ión. CTPCBA N.º

iano  
ortugués  
edera/CABA  
º 8841

Ana Carolina Casciano  
Traductora Pública de Portugués  
Mat. T.º XXI F.º 243 Capital Federal/CABA  
Inscripción CTPCBA N.º 8841

Min  
bli:  
83  
CTT

# Superior Tribunal de Justiça

prolatada em 15/10/2012, enquanto o pedido de gratuidade de justiça, na SEC 8.542/EX, foi formulado anteriormente, em 27/6/2012, e deferido em 29/6/2012, o que, a toda evidência, denota a impossibilidade de aplicação da citada Convenção.

Outrossim, consta, nos autos, uma cópia traduzida e consularizada da declaração juramentada de Ivan Alberto Racines Enriquez, advogado equatoriano doutor em jurisprudência, quanto à verificação acerca da existência ou não de concessão de gratuidade de justiça aos 48 autores da Ação de Lago Agrio, tendo o declarante concluído que (fl. 908):

[...] nenhuma das pessoas que constam como autoras dentro da demanda que deu origem ao julgamento do Lago Agrio, seja a título pessoal ou por intermédio de Procurador Judicial, solicitaram litigar com o amparo de pobreza, regulado pelo Código de Procedimento Civil, nem portanto foi-lhes concedido esse benefício por ordem judicial.

No mesmo sentido, o já citado César Coronel Jones, em seu parecer, asseve que (fls. 1.274-1.275):

20. O Litígio de Lago Agrio teve início no ano de 2003, quando não regia a gratuidade da administração da justiça, mas sim a obrigação de pagar taxas, além das outras custas.

Com relação ao mencionado processo, os demandantes não solicitaram e, portanto, não obtiveram, o amparo de pobreza. De acordo com os documentos que analisei, isto é evidenciado por: (i) a inexistência de uma demanda de amparo de pobreza apresentada pelos Demandantes de Lago Agrio, a falta de um procedimento separado do Litígio de Lago Agrio no que se refere ao amparo de pobreza, a falta de citação da contraparte em relação com a demanda e a inexistência de uma sentença judicial que tenha concedido o amparo; (ii) o pagamento da correspondente taxa no momento da apresentação a demanda, em 7 de maio de 2003; e (iii) o fato de que os demandantes pagaram as demais custas que lhe cabiam no litígio, cujo reembolso solicitaram no procedimento de execução, no Equador, da sentença ditada no Litígio de Lago Agrio.

No ponto, também vale transcrever elucidativo excerto do parecer do Ministério Público (fls. 3.415-3.416):

17. Nesse particular aspecto, os Requeridos defendem que "a decisão equatoriana proferida em 15.10.12" (fl. e-STJ 1.926), decorrente de "expresso pedido formulado pelos impugnados no processo de origem" (fl. e-STJ 1.926), configura o ato de concessão do benefício, haja vista a declaração da Autoridade Julgadora de que "neste processo de execução não se exigiu dos demandantes o pagamento de valor, taxa, penhora ou qualquer garantia" (fl. e-STJ 1.926). Todavia, malgrado os esforços argumentativos dos Requeridos, alguns fatos apontados pela Requerente afiguram-se irrefutáveis – e, talvez exatamente por isso, não foram negados pela parte contrária: i) "a Decisão Equatoriana de Arresto que, segundo os Impugnados, supostamente teria concedido o benefício da assistência judiciária gratuita no Equador foi proferida em 15.10.2012" (fl. e-STJ 2.297), porém "A SEC nº 8542/EC foi ajuizada muito antes, em 27.6.2012" (fl. e-STJ 2.297), donde se conclui que,

INO  
tugués  
nra/CABA  
1841

Ar  
Tradu  
Mat. T.º  
Ins.

Ana Carolina Casciano  
Traductora Pública de Portugués  
Mat. T.º 1841 F.º 243 Capital Federal/CABA  
Inscripción CTICBA N.º 1841

R C  
2a C  
Capi  
'CB'

"ao requerer o benefício da assistência judiciária gratuita na SEC nº 8542/EC, os Impugnados sequer tinham como fundamentá-lo na Convenção" (fl. e-STJ 2.297); ii) "a Decisão Equatoriana de Arresto foi proferida em procedimento com o objetivo de executar a Sentença Equatoriana, sendo que para a Ação de Lago Agrio, os Impugnados teriam que ter requerido o benefício da assistência judiciária gratuita antes de apresentarem a petição inicial em 2003, o que não foi feito" (fl. e-STJ 2.297), razão pela qual "a Decisão Equatoriana de Arresto é irrelevante para determinar se os Impugnados foram beneficiados com a assistência judiciária gratuita na Ação de Lago Agrio, na qual foi proferida a Sentença Equatoriana [homologanda]" (fl. e-STJ 2.297); iii) "a Decisão Equatoriana de Arresto prevê que 'a Constituição de 2008 afirma a gratuidade de justiça no Equador (art. 75) (e-STJ fl. 1.926)' (fl. e-STJ 2.298), mas a decisão também esclarece que isso só se aplicaria aos procedimentos para execução da sentença da Ação de Lago Agrio, e não para a própria Ação de Lago Agrio que a antecedeu e resultou na Sentença Equatoriana: 'neste processo de execução não se exigiu dos demandantes [Impugnados] o pagamento de valor, taxa, penhora ou qualquer garantia'" (fl. e-STJ 2.298), porém, "essa circunstância não tem absolutamente qualquer relação com o deferimento ou não do benefício de assistência judiciária gratuita no Equador, muito menos com a sua pretendida aplicação por equivalência no Brasil" (fl. e-STJ 2.298); iv) os ora Requeridos "pagaram as custas judiciais nos autos da ação equatoriana, incluindo (i) a taxa judicial de US\$ 50; e (ii) honorários periciais oficiais de US\$ 420.488,00 [fls. e-STJ 1.308/1.317], como informado em Juízo pelo próprio Sr. Pablo Fajardo, advogado equatoriano dos Impugnados que subscreveu o instrumento de mandato de e-STJ fls. 1.932/1.943 e 2.096/2.121" (fl. e-STJ 2.299).

18. Como se depreende, os Requeridos não lograram comprovar que o benefício de gratuidade da justiça, realmente foi concedido pela Justiça Equatoriana no processo em que proferida a sentença apresentada no Brasil para homologação. Assim, a eles não pode ser aplicado o art. 5º da Convenção Interamericana sobre Eficácia Extraterritorial das Sentenças e Laudos Arbitrais Estrangeiros (promulgada no Brasil pelo Decreto nº 2.411/1997), segundo o qual "O benefício de justiça gratuita reconhecido no Estado de origem da sentença será mantido no de sua apresentação". Ademais, como já visto, a concessão do benefício de gratuidade da justiça nos autos da SEC nº 8.542/EC não pode ser analisada sob a ótica da Lei nº 1.060/1950, vigente à época em que requerida a benesse, pois o seu art. 2º restringia o benefício aos estrangeiros residentes no país.

Finalmente, conquanto a gratuidade da justiça seja atualmente disciplinada pela Lei nº 13.105/2015 (Novo Código de Processo Civil), que possibilita a concessão desse benefício aos estrangeiros não residentes no Brasil, não se pode olvidar que, tratando-se de temática de natureza material, não se pode aplicar a novel legislação vigente, que só incide imediatamente aos processos em andamento para as questões de natureza processual.

Portanto, sob qualquer prisma que se analise a questão, infere-se que os ora Requeridos não poderiam ter sido agraciados com o benefício de gratuidade da justiça deferido nos autos da SEC nº 8.542/EC.

6. Por fim, a alegação de miserabilidade dos autores da "Ação de Lago Agrio" deve ser manifestamente afastada ante a vultosa quantia que despenderam no curso da demanda, cujo maior detalhamento se encontra nos autos da SEC 8.542/EX.

À guisa de mero exemplo, encontra-se acostada, às fls. 1.308-1.309,

a Caro  
tora Pú  
XXI F.º 2º  
inscripción C

Ana Carolina Casciano  
Traductora Pública de Portugués  
Mat. T.º XXI F.º 243 Capital Federal/CABA  
Inscripción CTPCBA N.º 8841

Casciano  
le Portugués  
tal Federal/CABA  
I. N.º 26.

Ana  
Traduct  
Mat. T.º 2  
Inscr



# *Superior Tribunal de Justiça*

petição, ao Juízo da execução, elaborada pelo advogado equatoriano dos ora requeridos, Pablo Fajardo, em que este lista uma série de pagamentos efetuados pela parte autora aos peritos que atuaram no processo do Lago Agrío, alcançando o valor de US\$ 420.488,00.

7. Ante o exposto, acolho o pleito e revogo o benefício de gratuidade de justiça deferido nos autos da SEC 8.542/EX.

É o voto.

Ana Casciano  
Traductora Pública de Portugués  
3 Capital Federal/CABA  
Inscripción CTPCBA N.º 8841

A  
Trad.  
Mat. F.  
In

T  
M

Ana Carolina Casciano  
Traductora Pública de Portugués  
Mat. T.º XXI F.º 243 Capital Federal/CABA  
Inscripción CTPCBA N.º 8841

Ana Carolina Casciano  
Traductora Pública de Portugués  
Mat. T.º XXI F.º 243 Capital Federal/CABA  
Inscripción CTPCBA N.º 8841

# Superior Tribunal de Justiça

## CERTIDÃO DE JULGAMENTO CORTE ESPECIAL

Número Registro: 2013/0072640-8

PROCESSO ELETRÔNICO

Pet 9.815 / DF

PAUTA: 20/09/2017

JULGADO: 20/09/2017

### Relator

Exmo. Sr. Ministro **LUIS FELIPE SALOMÃO**

### Ministro Impedido

Exmo. Sr. Ministro : **FELIX FISCHER**

### Presidente da Sessão

Exma. Sra. Ministra **LAURITA VAZ**

### Subprocurador-Geral da República

Exmo. Sr. Dr. **LUCIANO MARIZ MAIA**

### Secretária

Bcla. **VÂNIA MARIA SOARES ROCHA**

### AUTUAÇÃO

REQUERENTE  
ADVOGADOS

CHEVRON CORPORATION  
CELSO CINTRA MORI E OUTROS(S) - SP023639  
LEONARDO PIRES DA ROCHA E SILVA - DF012002  
CARLOS MÁRIO DA SILVA VELLOSO - DF023750  
MARIA AGUINDA SALAZAR E OUTROS  
SÉRGIO BERMUDEZ - DF002192A

REQUERIDO  
ADVOGADO

ASSUNTO: DIREITO CIVIL - Responsabilidade Civil

### SUSTENTAÇÃO ORAL

Estiveram presentes à sessão os Drs. Celso Cintra Mori e Carlos Mário da Silva Velloso, pela requerente, e o Dr. André Silveira, pelos requeridos, tendo a sustentação oral sido diferida para após a conclusão da análise do pedido de renúncia.

### CERTIDÃO

Certifico que a egrégia CORTE ESPECIAL, ao apreciar o processo em epígrafe na sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

Após o voto do Sr. Ministro Relator, preliminarmente, indeferindo o pedido de renúncia feito nos autos da SEC n.º 8.542 e o voto antecipado do Sr. Ministro João Otávio de Noronha, no mesmo sentido, pediu vista antecipada a Sra. Ministra Nancy Andrighi.

Aguardam os Srs. Ministros Mauro Campbell Marques, Benedito Gonçalves, Raul Araújo, Francisco Falcão, Humberto Martins, Maria Thereza de Assis Moura, Herman Benjamin, Napoleão Nunes Maia Filho, Jorge Mussi e Og Fernandes.

Impedido o Sr. Ministro Felix Fischer.

Ana Carolina Casciano  
Traductora Pública de Portugués  
M.A. T.º XXII F.º 243. Capital Federal/CABA  
Inscripción CIPCBA N.º 5841

ina Ce  
uctora  
º XXII F.  
scripción

re  
al

**CERTIDÃO DE JULGAMENTO  
CORTE ESPECIAL**

Número Registro: 2013/0072640-8      PROCESSO ELETRÔNICO      Pet 9.815 / DF

PAUTA: 20/09/2017

JULGADO: 04/10/2017

**Relator**

Exmo. Sr. Ministro **LUIS FELIPE SALOMÃO**

**Ministro Impedido**

Exmo. Sr. Ministro :      **FELIX FISCHER**

**Presidente da Sessão**

Exma. Sra. Ministra **LAURITA VAZ**

**Subprocurador-Geral da República**

Exmo. Sr. Dr. **OSWALDO JOSÉ BARBOSA SILVA**

**Secretária**

Bela. **VANIA MARIA SOARES ROCHA**

**AUTUAÇÃO**

REQUERENTE : CHEVRON CORPORATION  
ADVOGADOS : CELSO CINTRA MORI E OUTROS(S) - SP023639  
LEONARDO PERES DA ROCHA E SILVA - DF012002  
CARLOS MÁRIO DA SILVA VELLOSO - DF023750  
REQUERIDO : MARIA AGUINDA SALAZAR E OUTROS  
ADVOGADO : SÉRGIO BERMUDEZ - DF002192A

ASSUNTO: DIREITO CIVIL - Responsabilidade Civil

**SUSTENTAÇÃO ORAL**

Estiveram presentes à sessão o Dr. André Silveira, pelos requerentes, e os Drs. Celso Cintra Mori e Carlos Mário da Silva Velloso, pela requerida, tendo a sustentação oral sido diferida para a sessão do dia 18/10/2017.

**CERTIDÃO**

Certifico que a egrégia CORTE ESPECIAL, ao apreciar o processo em epígrafe na sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

Proseguindo no julgamento, após o voto-vista da Sra. Ministra Nancy Andrighi divergindo do Sr. Ministro Relator e, preliminarmente, convertendo o julgamento da SEC n.º 8.542 em diligência para conceder aos requerentes o prazo de 15 dias para juntada aos autos de procuração com poderes específicos para renúncia, no que foi acompanhada pelos Srs. Ministros Mauro Campbell Marques, Raul Araújo e Herman Benjamin, e os votos dos Srs. Ministros Benedito Gonçalves, Francisco Falcão, Humberto Martins, Maria Thereza de Assis Moura, Napoleão Nunes Maia Filho, Jorge Mussi e Og Fernandes acompanhando o voto do Sr. Ministro Relator, a Corte Especial, por maioria, indeferiu o pedido de renúncia feito nos autos da SEC n.º 8.542, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator, e adiou a continuação do julgamento para a próxima sessão.

Ana Carolina Casciano  
Traductora Pública de Portugués  
Mat. T.º XXI F.º 243 Capital Federal/CABA  
Inscripción CTPCSA N.º 6841

Ana Carolina Casciano  
Traductora Pública de Portugués  
243 Capital Federal/CABA  
CTPCSA N.º 6841

Ana  
Casciano  
Mat. T.º XXI  
F.º 243

# Superior Tribunal de Justiça

## CERTIDÃO DE JULGAMENTO CORTE ESPECIAL

Número Registro: 2013/0072640-8

PROCESSO ELETRÔNICO

Pet 9.815 / DF

PAUTA: 29/11/2017

JULGADO: 29/11/2017

### Relator

Exmo. Sr. Ministro **LUIS FELIPE SALOMÃO**

### Ministro Impedido

Exmo. Sr. Ministro : **FELIX FISCHER**

### Presidente da Sessão

Exma. Sra. Ministra **LAURITA VAZ**

### Subprocurador-Geral da República

Exmo. Sr. Dr. **LUCIANO MARIZ MAIA**

### Secretária

Bela. **VÂNIA MARIA SOARES ROCHA**

### AUTUAÇÃO

REQUERENTE

CHEVRON CORPORATION

ADVOGADOS

CELSO CINTRA MORAIS E OUTRO(S) - SP023639

LEONARDO PERES DA ROCHA E SILVA - DF012002

CARLOS MARIO DA SILVA VELLOSO - DF023750

REQUERIDO

MARIA AGUIRRE SALAZAR E OUTROS

ADVOGADO

SÉRGIO BERMUDEZ - DF002192A

ASSUNTO: DIREITO CIVIL - Responsabilidade Civil

### CERTIDÃO

Certifico que a egrégia CORTE ESPECIAL, ao apreciar o processo em epígrafe na sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

A Corte Especial, por unanimidade, acolheu o pedido de revogação de gratuidade de justiça, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Mauro Campbell Marques, Benedito Gonçalves, Raul Araújo, Sérgio Kukina, Nancy Andrighi, João Otávio de Noronha, Humberto Martins, Maria Thereza de Assis Moura, Herman Benjamin, Jorge Mussi e Og Fernandes votaram com o Sr. Ministro Relator.

Impedido o Sr. Ministro Felix Fischer.

Ausentes, justificadamente, os Srs. Ministros Felix Fischer, Francisco Falcão e Napoleão Nunes Maia Filho.

Convocado o Sr. Ministro Sérgio Kukina.

Ana Carolina Casciano  
Traductora Pública de Portugués  
Mat. T.º XXI S.º 243 Capital Federal/CABA  
Inscripción CTPCBA N.º 8841

Caro  
de Pú  
H.F.º 2  
1660-4



# Superior Tribunal de Justiça

## CERTIDÃO DE JULGAMENTO CORTE ESPECIAL

Número Registro: 2013/0072640-8

PROCESSO ELETRÔNICO

Pet 9.815 / DF

PAUTA: 18/10/2017

JULGADO: 18/10/2017

**Relator**

Exmo. Sr. Ministro **LUIS FELIPE SALOMÃO**

**Ministro Impedido**

Exmo. Sr. Ministro : **FELIX FISCHER**

**Presidente da Sessão**

Exma. Sra. Ministra **LAURITA VAZ**

**Subprocurador-Geral da República**

Exmo. Sr. Dr. **LUCIANO MARIZ MALA**

**Secretária**

Bela. **VÂNIA MARIA SOARES ROCHA**

**AUTUAÇÃO**

**REQUERENTE**

CHEVRON CORPORATION

**ADVOGADOS**

CELSO CINTRA MORAIS E OUTRO(S) - SP023639

LEONARDO PERES DA ROCHA E SILVA - DF012002

CARLOS MÁRIO DA SILVA VELLOSO - DF023750

**REQUERIDO**

MARIA AGUINDA SALAZAR E OUTROS

**ADVOGADO**

SÉRGIO BERMUDEZ - DF002192A

ASSUNTO: DIREITO CIVIL - Responsabilidade Civil

**CERTIDÃO**

Certifico que a egrégia CORTE ESPECIAL, ao apreciar o processo em epígrafe na sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

Adiado o julgamento.

Ana  
Traductor  
Mat. T.º 1001  
inscrip

Ana Carolina Casclano  
Traductora Pública de Portugués  
Mat. T.º 1001 F.º 243 Capital Federal/CABA  
Inscripción CTPCBA N.º 8941

Ana  
Alca  
S C  
TEC

# *Superior Tribunal de Justiça*

Os Srs. Ministros João Otávio de Noronha, Benedito Gonçalves, Francisco Falcão, Humberto Martins, Maria Thereza de Assis Moura, Napoleão Nunes Maia Filho, Jorge Mussi e Og Fernandes votaram com o Sr. Ministro Relator. Vencida a Sra. Ministra Nancy Andriahi e os Srs. Ministros Mauro Campbell Marques, Raul Araújo e Herman Benjamin.

Impedido o Sr. Ministro Felix Fischer.

Ausentes, justificadamente, os Srs. Ministros Felix Fischer e João Otávio de Noronha.

Carolina C  
Traductora Pública de  
F.º 243 Capital Federal  
Inscripción CTPCBA

Ana Carolina Casciano  
Traductora Pública de Portugués  
Mat. T.º XXI F.º 243 Capital Federal/CABA  
Inscripción CTPCBA N.º 8841

Ca  
de  
1915  
BA

Traducción Pública -----

Proceso Civil. BENEFICIO DE GRATUIDAD DE JUSTICIA-----

PROCESO Nº 9.815 - DF (2013/0072640-8)-----

RELATOR: MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO-----

DEMANDANTE: CHEVRON CORPORATION-----

ABOGADOS: CELSO CINTRA MORI Y OTRO(S) - SP023639 LEONARDO PERES DA ROCHA Y  
SILVA - DF012002 CARLOS MÁRIO DA SILVA VELLOSO - DF023750-----

DEMANDADO: MARIA AGUINDA SALAZAR Y OTROS-----

ABOGADO: SÉRGIO BERMUDES - DF002192A-----

**RESUMEN**-----

PROCESO CIVIL. BENEFICIO DE GRATUIDAD DE JUSTICIA INTERPUESTO POR  
EXTRANJERO NO RESIDENTE EN EL PAÍS BAJO EL AMPARO LEY N. 1.060/1950.  
CONVENCIÓN INTERAMERICANA SOBRE EFICACIA EXTRATERRITORIAL DE LAS  
SENTENCIAS Y LAUDOS ARBITRALES EXTRANJEROS. NO APLICACIÓN EN EL CASO  
CONCRETO.-----

1. No es posible concederle asistencia judicial gratuita bajo el amparo de la Ley n. 1.060/1950 a  
extranjero no residente en Brasil.-----

2. Es clara la imposibilidad de extensión al procedimiento de homologación de fallo extranjero de  
beneficio que no se haya pleiteado en el juicio que le dio origen, por lo que es inaplicable al caso, y, por  
lo tanto, la Convención Interamericana sobre Eficacia Extraterritorial de las Sentencias y Laudos  
Arbitrales Extranjeros, según la cual "el beneficio de pobreza reconocido en Estado de origen de la  
sentencia será mantenido en el de su presentación".-----

3. La alegación de situación de miseria de los autores de la "Acción de Lago Agrio" no se debe aceptar,  
visto los grandes montos que gastaron en el curso de dicha acción, según consta en los autos de la SEC  
8.542/EX.-----

**SENTENCIA**-----

Vistos, relatados y discutidos estos autos, los Ministros de la Corte Especial del Superior Tribunal de  
Justicia, en conformidad con los votos y las anotaciones taquigráficas, deciden por unanimidad, aceptar  
el pedido de revocar la gratuidad de justicia, según lo plasmado en el voto del Sr. Ministro Relator. Los  
Srs. Ministros Mauro Campbell Marques, Benedito Gonçalves, Raúl Araújo, SérgioKukina, Nancy

Ana  
Traductora  
la. T.º X  
Inscr.

Carolina  
Portugués  
Federal/CABA  
N.º 6841

Ana Carolina Casclano  
Traductora Pública de Portugués  
Mat. T.º XXI F.º 243 Capital Federal/CABA  
Inscripción CTPCBA N.º 6841

Carolina  
Portugués  
Federal/CABA  
N.º 6841

Andrighi, João Otávio de Noronha, Humberto Martins, MariaThereza de Asis Moura, Herman Benjamin, Jorge Musi y OgFernandes votaron con el Sr. Ministro Relator.

Impedido el Sr. Ministro Félix Fischer.

Ausentes, justificadamente, los Srs. Ministros Félix Fischer, Francisco Falcão y Napolcão Nunes Maia Filho.

Convocado el Sr. Ministro Sérgio Kukina.

Brasilia (DF), 29 de noviembre de 2017(Fecha del Fallo)

MINISTRA LAURITA VAZ Presidente

MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO

PROCESO Nº 9.815 - DF (2013/0072640-8)

DEMANDANTE: CHEVRON CORPORATION

ABOGADOS: CELSO CINTRA MORI Y OTRO(S) - SP023639 LEONARDO PERES DA ROCHA Y SILVA - DF012002 CARLOS MÁRIO DA SILVA VELLOSO - DF023750

DEMANDADO: MARIA AGUINDA SALAZAR Y OTROS

ABOGADO: SÉRGIO BERMUDES - DF002192A

**INFORME**

**EL SEÑOR MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO (Relator):**

I. Se trata de la impugnación del beneficio de justicia gratuita interpuesto en los autos de la SEC 8.542 (fs. 497-498 de dichos autos), otorgado por la Presidencia de esta Casa (fs. 718 de los autos de la SEC). Chevron Corporation alega que los impugnados están siendo orientados y financiados por una organización muy bien estructurada por abogados e inversionistas internacionales, por lo que no se encuadra dentro de los requisitos legales y constitucionales exigidos para el otorgamiento del beneficio concedido, considerando que (fs. 2-3):

a) Los Demandados son extranjeros no residentes en Brasil y que, por lo tanto, en conformidad con lo establecido en el art. 2 de la Ley nº 1.060/50, no tienen derecho al beneficio de justicia gratuita;

B) El pueblo brasileño no debe pagar por una acción que pretende la homologación de un fallo ecuatoriano emitido como resultado de actos que, según cortes estadounidenses, estaban manchados por fraudes cometidos por los Demandados y sus abogados;

c) Documentos obtenidos lícitamente por el Demandante en los EE.UU. revelaron que los Demandados están siendo financiados por un consorcio de estudios de abogados estadounidenses y fondos de inversión, cuya situación financiera en nada se parece a situación de pobreza, ni mucho menos miseria,

Ana  
fructo  
lat. T.º XI  
Inscri

Carolina  
a Pública  
F.º 243 Ca  
ion CTPCE

...  
gvo/ek  
senon  
ou

Ana Carolina Casciano  
Tredutora Pública de Portugués  
Mat. T.º XXI F.º 243 Capital Federal/CABA  
Inscripción CTPCBA N.º 8841

no  
ugués  
a/CABA  
841



considerando que "según las estimaciones [los Demandados] ya deben haber desembolsado unos buenos pares de millones de dólares para mantener la demanda" (doc. n° 2);-----

d) Aunque se califiquen como "miserables y hambrientos", los Demandados están llevando a cabo un carísimo contencioso internacional para intentar ejecutar la sentencia ecuatoriana, incluso interponiendo pedidos de homologación en Brasil, Canadá y Argentina, siempre representados por conocidos estudios de abogados y no por los órganos públicos de asistencia jurídica; y-----

e) Los Demandados nunca apelaron al llamado "amparo de pobreza" en la acción original aún en curso en Ecuador (el "amparo de pobreza" es el mecanismo ecuatoriano semejante al beneficio previsto en la Ley n°1.060/50). Todo lo contrario, costearon todas las expensas y costos dicha acción, incluyendo costas de US\$ 271.814,00 de perito judicial. -----

El demandante agrega a los autos los documentos de las fs. 906-946, entre los cuales está una copia traducida y pasada por consulado de la declaración pública de Iván Alberto Racines Enríquez, abogado ecuatoriano doctor en jurisprudencia, en relación a la verificación sobre la existencia o no de concesión de gratuidad de justicia a los 48 autores de la Acción de Lago Agrio, en la que el declarante concluyó (en la f. 908) que: [...] ninguna de las personas cuyos nombres constan como demandantes en la demanda que dio origen al juicio de Lago Agrio, sea a título personal o por intermedio de Procurador Judicial, solicitaron litigar con el beneficio de amparo de pobreza, regulado por el Código de Procedimiento Civil, ni por lo tanto les fue concedido ese beneficio por orden judicial. En las fs. 950-1.317, se requiere la agregación de documentos nuevos y relevantes, para probar que: -----

(i) los Demandados pagaron, por lo menos, US\$ 21,4 millones a los abogados y otros profesionales contratados para actuar en los procesos contenciosos relacionados a la Acción de Lago Agrio, incluyendo los intentos de ejecución de la sentencia ecuatoriana objeto de la SEC n° 8542 en Argentina, en Canadá y Brasil; (ii) según los registros contables obtenidos en acción judicial en los Estados Unidos, los Demandados pagaron, por lo menos, US\$ 40 mil a los apoderados brasileños por servicios jurídicos relacionados al pedido de homologación (SEC n° 8542); y (iii) los Demandados pagaron, por lo menos, US\$ 420.488,00 a título de costas judiciales y costos procesuales en la Acción de Lago Agrio en Ecuador, sin que jamás hayan sido beneficiados por la asistencia jurídica gratuita en dicho país. Además, CHEVRON CORPORATION solicita la agregación de la transcripción de declaraciones hechas durante un juicio, en las cuales los representantes de los Demandados admiten haber obtenido US\$ 38,7 millones en recursos para financiar el litigio. -----

En las fs. 1.324-1.910, se solicita la agregación de otros documentos que comprobarían que: -----

Trad  
Mat. T  
ir

Carolina Cas  
Pública de  
F.º 243 Capital  
Inscripción CTPCBA F.º

Carolina Cas  
Pública de Portugués  
Federal/CABA  
N.º 8841

Carolina Cas  
Pública de F.º 243 Capital  
Inscripción CTPCBA N.º

Ana Carolina Casciano  
Traductora Pública de Portugués  
Mat. T.º XXI F.º 243, Capital Federal/CABA  
Inscripción CTPCBA N.º 8841

Trad  
Mat. T

Doc. n° 1- el financiador de procesos judiciales Rusel DeLeon y su fondo de inversiones Torvia Ltd. admitieron haber pagado aproximadamente US\$ 23 millones entre 2007 y 2013 para ayudar a financiar los esfuerzos de los Demandados para obtener el fallo ecuatoriano objeto de la SEC n° 8542/EC y ejecutarla en Brasil y en otras jurisdicciones; -----

Doc. n° 2- un Juez Federal estadounidense concluyó que los Demandados están financiados e hicieron que sus inversionistas pagasen los gastos de la acción en Ecuador y de los procesos de ejecución correlativos; y -----

Doc. n° 3- la Corte Suprema de Gibraltar determinó que CHEVRON CORPORATION tiene "una razonable perspectiva de éxito" en su reivindicación de que el Sr. Rusel DeLeon sabía o "hizo que no vio", mientras financiaba el litigio a los medios criminosos utilizados por los abogados estadounidenses de los Demandados en la obtención del fallo ecuatoriano objeto de la SEC n° 8542/EC. -----

En su contestación, los Demandados alegan que (fs. 1.920-2.285): a) el proceso de homologación de sentencia extranjera no depende del pago de costas procesales (art. 1° de la Resolución n. 9/2005 del STJ); y b) el beneficio de la justicia gratuita concedido en origen se debe mantener en el Estado en que se presente la homologación. -----

En su contestación, Chevron Corporation destaca que no se comprueba el otorgamiento del referido beneficio por parte de la Justicia ecuatoriana (fs. 2.290-2.472). -----

Intimados a presentar el fallo que acepta el pedido de gratuidad de justicia en el proceso de origen (f. 2.288), los Demandados solicitaron plazo adicional dos veces consecutivas (fs. 2.475-2.476 y 2.494-2.500). -----

El tercer pedido de ampliación de dicho plazo (fs. 2.508-2.509) les fue negado por este relator, que determinó que se agregue a los autos dentro de un plazo máximo de 5 días, habiendo sido presentados los documentos de fs. 2.525-2.687. -----

El Ministerio Público falló a favor de revocar el beneficio en los siguientes términos (fs. 3.407-3.417):

-Pedido para solicitar la revocación del beneficio de litigar sin gastos concedido en el expediente de la SEC n° 8.542/EC. -----

-Los requeridos no lograron comprobar que el beneficio de litigar sin gastos fue realmente concedido por la Justicia ecuatoriana en el proceso en que se dictó la sentencia presentada en el Brasil para su homologación. Así, no se les puede aplicar el art. 5° de la Convención Interamericana sobre Eficacia Extraterritorial de las Sentencias y Laudos Arbitrales Extranjeros (promulgada en el Brasil por el Decreto n° 2.411/1997), según el cual "El beneficio de pobreza reconocido en el Estado de origen de la sentencia

a Carolina Ce  
tora Pública de  
XXII F.º 243 Capital  
inscripción CTPCBA

IANO  
ortugués  
para/CASA  
1 8841

Ana Carolina Casciano  
Traductora Pública de Portugués  
Mat. T.º XXII F.º 243 Capital Federal/CASA  
inscripción CTPCBA N.º 8841

An  
uc  
P:  
155

será mantenido en el de su presentación". Además, la concesión del beneficio de litigar sin gastos en el expediente de la SEC n° 8.542/EC no puede ser analizado desde la óptica de la Ley n° 1.060/1950, vigente en la época en que fue solicitado el beneficio, pues la norma dispuesta en su art. 2° restringía el beneficio a los extranjeros residentes en el país. Finalmente, aunque el beneficio de litigar sin gastos esté actualmente establecido por la Ley n° 13.105/2015 (Nuevo Código Procesal Civil), que posibilita su concesión a los extranjeros no residentes en el Brasil, cabe recordar que, tratándose de un beneficio jurídico de naturaleza material, no se le puede aplicar la nueva legislación vigente, que solo incide inmediatamente en los procesos en trámite para las cuestiones de naturaleza procesal. Por lo tanto, desde cualquier punto de vista que se analice la cuestión, se infiere que los requeridos no podrían haber sido favorecidos con el beneficio de litigar sin gastos concedido en el expediente de la SEC n° 8.542/EC.

Dictamen sobre la aprobación del presente reclamo de revocación del beneficio de litigar sin gastos.

Es el informe.-----

PROCESO N° 9.815 - DF (2013/0072640-8) -----

**RELATOR: MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO** -----

DEMANDANTE: CHEVRON CORPORATION -----

ABOGADOS: CELSO CINTRA MORI Y OTRO(S) - SP023639 LEONARDO PERES DA ROCHA Y SILVA - DF012002 CARLOS MÁRIO DA SILVA VELLOSO - DF023750 -----

DEMANDADO: MARIA AGUINDA SALAZAR Y OTROS -----

ABOGADO: SÉRGIO BERMUDEZ - DF002192A -----

RESUMEN -----

PROCESO CIVIL. BENEFICIO DE GRATUIDAD DE JUSTICIA INTERPUESTO POR EXTRANJERO NO RESIDENTE EN EL PAÍS BAJO EL AMPARO LEY N. 1.060/1950. CONVENCIÓN INTERAMERICANA SOBRE EFICACIA EXTRATERRITORIAL DE LAS SENTENCIAS Y LAUDOS ARBITRALES EXTRANJEROS. NO APLICACIÓN EN EL CASO CONCRETO -----

1. La asistencia judicial gratuita, bajo el amparo de la Ley n. 1.060/1950, no es posible concedérsela a extranjero no residente en Brasil; -----

2. Es clara la imposibilidad de extensión al procedimiento de homologación de sentencia extranjera de beneficio que no se haya pleiteado en el juicio que le dio origen, por lo que es inaplicable al caso, por lo tanto, la Convención Interamericana sobre Eficacia Extraterritorial de las Sentencias y Laudos Arbitrales -----

Casiano  
Portugués  
Capital/CABA  
N.º 8841

Ana Carolina  
Traductora  
Mat. T.º XXI F.º 243  
Inscripción

Ana Carolina Casiano  
Traductora Pública de Portugués  
Mat. T.º XXI F.º 243 Capital Federal/CABA  
Inscripción GTPCBA N.º 8841

2  
1  
2  
1

Extranjeros, según el cual “el beneficio de pobreza reconocido en Estado de origen de la sentencia será mantenido en el de su presentación”.

3. La alegación de situación de miseria de los autores de la “Acción de Lago Agrio” no se debe aceptar, visto los grandes montos que gastaron en el curso de dicha acción, conforme consta en los autos de la SEC 8.542/EX.

VOTO

**EL SEÑOR MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO (Relator):**

1. En los autos de la SEC 8.542/EX en que se pretende la homologación de la sentencia dictada por la justicia ecuatoriana en demanda de indemnización por daños ambientales, internacionalmente conocida como “Acción de Lago Agrio”, los entonces autores - aquí Demandados - solicitaron, el 13/3/2013, que se les concediera la gratuidad de justicia, bajo los siguientes argumentos (fs. 10-11 de dichos autos):

Miserables y hambrientos, víctimas de vergonzoso y temerario atentado a su salubridad física y moral, sin recursos para costear el proceso, los autores afirman, en conformidad con lo establecido en el art. 4º de la Ley 1.060, de 05.02.50, que no están en condiciones de pagar los costos del proceso y los honorarios de abogados sin perjuicio propio y de sus familias. Por ello, solicitan los beneficios de la asistencia jurídica, que constan en los incisos del art. 3º de la referida ley.

2. Ya se sabe que el Código de Proceso Civil de 2015 trata específicamente sobre el tema, previendo, en el *caput* del art. 98, que tanto la persona natural brasileña como la extranjera, cuando no tenga recursos suficientes para correr con los costos del proceso, tiene derecho a pleitear la gratuidad de justicia, independientemente de que tengan residencia en el territorio nacional.

Dicha norma revocó explícitamente al art. 2º de la Ley n. 1.060/1950 (art.1.072 del Código Procesal “C.P.C.”), el cual establecía que solo las personas naturales y extranjeras **residentes en el país** tendrían la prerrogativa de gozar del referido beneficio.

En ese mismo sentido, el art. 26, II, del C.P.C. determina que, para fines de cooperación jurídica internacional, se observará la igualdad de trato entre nacionales y extranjeros, residentes en Brasil, en lo referente al acceso a la justicia y tramitación de procesos.

Sin embargo, en el caso en juicio, se impone observar que la asistencia jurídica gratuita fue pleiteada y otorgada el año de 2013, aún bajo la vigencia de la Ley n. 1.060/1950 y del antiguo Código de Ritos, observando que, en conformidad con el art. 14 del C.P.C./2015, “la norma procesual **no es retroactiva** y será aplicable inmediatamente a los procesos en curso, respetados los actos procesales llevados a cabo y en las situaciones jurídicas consolidadas durante la vigencia de la norma revocada.”

arolina (
Pública
F.º 243 Cr
ión CTPC:

Ana Carolina Gasolano
Traductora Pública de Portugués
Mat. T.º 1001 F.º 243 Capital Federal/CABA
Inscripción CTPCBA N.º 8841

C
P
C



Bajo lo cubierto por el nuevo CPC, no se olvida la posibilidad de tal prerrogativa ser postulada a cualquier tiempo, como recientemente lo reconoció la Cuarta Instancia, del juicio del REsp 1.225.854/RS, así plasmado:-----

**RECURSO ESPECIAL - AUTOS DE APELACIÓN - PEDIDO DE ASISTENCIA JURÍDICA NEGADA POR LAS INSTANCIAS ORDINARIAS - PERSONA EXTRANJERA RESIDENTE EN EL EXTERIOR - ART. 2º, LEY 1.060/50 REVOCADO POR EL NUEVO CPC - NORMA PROCESAL - APLICACIÓN INMEDIATA - APELACIÓN PARCIALMENTE ACEPTADA. -----**

**Hipótesis: Se trata de un pedido de concesión del beneficio de justicia gratuita a extranjero residente en el exterior, el cual fue negado por las instancias ordinarias basado en el hecho de que se trata de persona extranjera no residente en el país. -----**

El artículo 2 de la Ley 1.060/50 fue revocado por el Nuevo Código de Proceso Civil, cuya materia pasó a ser regulada en el artículo 98 del CPC/2015, *in verbis*: "La persona natural o legal, brasileña o extranjera, con falta de recursos para pagar las costas, gastos procesales y los honorarios de abogados tienen derecho a la gratuidad de la justicia, según la ley" 1.1. Se trata de una norma de derecho procesal, por lo tanto, su incidencia es inmediata y se aplica a los procesos en marcha, en conformidad con lo establecido en el artículo 14 del CPC/2015.-----

**1. A pesar de que al momento de la evaluación de la materia por parte del Tribunal correspondiente la legislación vigente no se previera la posibilidad de conceder la asistencia jurídica al extranjero residente en el exterior, por la vigencia de las nuevas reglas procesales se pasó a admitir tal hipótesis. -----**

**1.1.El caput del artículo 98 del Código de Proceso Civil vigente amplió el espectro de los sujetos que pueden ser beneficiados por la concesión de la asistencia judicial, en relación a lo dispuesto en el revocado artículo 2 de la Ley 1.060/50. Por lo tanto, no hay ningún impedimento legal de que la persona extranjera residente en el exterior solicite la asistencia judicial gratuita y que el tribunal le acepte la solicitud. -----**

**1.2 El análisis de los demás requisitos exigidos por la legislación para obtener el beneficio deben ser evaluados por las instancias ordinarias, visto que la presente apelación fue interpuesta en los autos de apelación de sentencia interlocutoria.-----**

**2. Apelación especial vista y parcialmente aceptada. -----**

**(REsp 1225854/RS, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, fallo el 25/10/2016, DJe 04/11/2016) -----**

Ana  
Traduct  
Mat. T.º  
Insc:

asciano  
e Portugués  
al Federal/CABA  
N.º 8841

Ana Carolina Casciano  
Traductora Pública de Portugués  
Mat. T.º XXI F.º 243 Capital Federal/CABA  
Inscripción CTPCBA N.º 8841

ria

RO  
PÚ  
º 2  
n <

En dicho tribunal se analizó la posibilidad de que, negado el pedido de gratuidad de justicia, con base en la Ley n. 1.060/1950 vigente en ese entonces, el extranjero no residente en Brasil vuelva a interponerla, ahora sí, bajo la vigencia del actual Código Procesal. -----

En el caso en juicio, al contrario, el beneficio fue solicitado y aceptado bajo la vigencia del antiguo CPC y de la legislación específica, la cual vedaba explícitamente la gratuidad de justicia al extranjero no residente en el país. -----

En ese sentido fue la decisión monocrática de la Presidencia de esta Casa, publicada en 2007, en los autos de la SE 3.131/CA, con la siguiente redacción: -----

**1. –Rechazo el pedido de asistencia judicial gratuita, dado que fue formulado por un extranjero no residente en Brasil (art. 2º de la Ley n.º 1.060/1950).** -----

2. Enmiéndese la demanda, a fin de que se atribuya el valor razonable a la causa y se indiquen los datos completos de la demandada, con dirección y requerimiento de citación, de acuerdo con lo establecido en los arts. 282, II y VII, y 284 del Código de Proceso Civil; o presente la declaración de conformidad de la requerida con este pedido homologatorio, debidamente timbrada por el consulado brasileño en el país de origen (art. 3º, parte final, de la Resolución n.º 9/2005 de esta Corte). -----

3. Tramite el requirente el timbrado consular brasileño en el instrumento de mandato (f. 4), por tratarse de documento firmado en el exterior. -----

Incumbe hacer notar además que la Ley n. 11.636/2007, promulgada antes de la entrada en juicio de la SEC 8.542/EX, impuso el pago de costos y costas judiciales para todos los hechos de competencia originaria o de apelación en el ámbito del STJ (art. 1º), salvo apenas el *habeas corpus* y eventuales recursos, el *habeas data* y otros procesos criminales (art. 7º): Art. 1º Esta Ley trata sobre la incidencia y el cobro de los costos Federales debidos que tengan como hecho generador la prestación de servicios públicos de naturaleza forense dentro del ámbito del Superior Tribunal de Justicia en los procesos de competencia original o de apelación. -----

[...] Art. 7º No se deben expensas y costos en los procesos de *habeas data*, *habeas corpus* y recursos en *habeas corpus* y en los demás procesos criminales, salvo la acción penal privada. -----

Imponiendo el cobro de costos procesuales en el ámbito de homologación de aceptación extranjera, diversos despachos emitidos por la Corte Especial:-----

Vista de los autos al Ministerio Público Federal, con la observación de que cuando se interpuso la presente acción, 26/2/2008, estaba suspendido el pago de costas judiciales en los hechos de **homologación de fallo extranjero**, según el art. 1º, párrafo único, de la Resolución STJ n.º 9/2005. Las

Carolina Cas  
a Pública de  
: F.º 243 Capital  
ción CTPCBA N

Ana Carolina Casclano  
Traductora Pública de Portugués  
Mat. F.º XXI F.º 243 Capital Federal/CABA  
Inscripción CTPCBA N.º 8841

Cas  
de

line  
blic  
431  
:TP

costas pasaron a ser debidos con la publicación de la Resolución STJ n.º 1/2008, que reguló la Ley n.º 11.636/2007, del 28/12/2007, y que entró en vigencia el 27/3/2008. (SE 3443, Ministro Felix Fischer, dj. 27.6.2014)-----

Providencie el DEMANDANTE la comprobación de pago de las costas, en conformidad con lo establecido en la Ley n.º 11.636/2007, dentro del plazo de 10 (diez) días, bajo pena de archivar del expediente. (SE 5.486/US, Ministro Cesar Asfor Rocha, 8/4/2010).-----

Intímese al DEMANDANTE para que, en cinco días, pague las costas judiciales en conformidad con lo dispuesto por la Ley 11.636/2007 y por la Resolución 01/2008-STJ, bajo pena de extinción del caso. (SE 3.676, Humberto Gomes de Barros, 5/8/2008).-----

Por lo anterior, queda claro la impertinencia del argumento presentado por los Demandantes porque, en conformidad con el art. 1º, párrafo único, de la Resolución n. 9/2005 del STJ, la homologación de fallo extranjera estaría eximida del pago de costas.-----

En realidad, tal argumento contradice el propio pedido de gratuidad de justicia, sobre el cual aquí se discute.-----

**4. Además, alegan los Demandados que el beneficio les fue concedido en el proceso original por la Justicia ecuatoriana, lo que implica la necesidad de extenderla al hecho homologatorio en conformidad con lo que establece el art. 5º de la Convención Interamericana sobre Eficacia Extraterritorial de las Sentencias y Laudos Arbitrales Extranjeros, de la cual Brasil y Ecuador son suscriptores, y que tiene la siguiente redacción: “el beneficio de pobreza reconocido en Estado de origen de la sentencia será mantenido en el de su presentación”.-----**

Sí, existe en Ecuador el instituto del “amparo de pobreza”, referente a la asistencia judicial gratuita, plasmada en la Ley n. 1.060/1950, para eximir a las personas que estén en situación de indigencia del pago de costas y tasas judiciales, éstas cobradas hasta el año 2008, cuando la Constitución ecuatoriana restauró la gratuidad del acceso a la justicia, eliminándolas.-----

Conforme lo aclaró César Coronel Jones, Doctor en derecho ecuatoriano, aunque la Constitución del Ecuador haya restituido dicho beneficio, “ello no es equiparable al otorgamiento de un amparo de pobreza ni reemplaza la necesidad de obtenerlo para poder litigar sin pagar las demás costas” (f. 1.267).-----

Independientemente de la alegada miseria, los Demandantes no consiguieron comprobar la postulación del amparo de pobreza en el caso ecuatoriano.-----

La supuesta decisión de concesión del beneficio interpuesta por los Demandados, fue emitida en procedimiento de Incautación en la ejecución del Fallo homologado, por lo que transcribimos el

iano  
rtugués  
era/CABA  
8841

Ana  
Traduct  
Mat. T.º >  
Inscr.

198:  
18/04/00  
sonBn  
ou

Ana Carolina Casciano  
Traductora Pública de Portugués  
Mat. T.º XXI F.º 243 Capital Federal/CABA  
Inscripción CTPCBA N.º 8841

iano  
rtugués  
era/CABA  
º 8841

Casciano  
i de Portugués  
apital Federal/CABA  
CABA N.º 8841

siguiente trecho (f. 1.926):

En relación a la gratuidad de los procesos judiciales en Ecuador, se declara que, efectivamente, la Constitución de 2008 confirma la gratuidad de justicia en Ecuador (art. 75) incluso, la constitución de 1998, vigente al inicio de este litigio, regía en este sentido.

Sobre el tema, lo que ante este juez consta, es que **en este proceso de ejecución no se exigió de los demandantes el pago de valor, tasa, embargo ni ninguna garantía.** Efectivamente, así lo establece el mencionado art. 75 de la Constitución Ecuatoriana de 2008, según resulta de la tradición pública en la f. 3.204:

Art. 75 – **Toda persona** tiene derecho al acceso gratuito a la justicia y a la tutela efectiva, imparcial y expedita de sus derechos e intereses, con sujeción a los principios de inmediación y celeridad; en ningún caso quedará en indefensión. El incumplimiento de las resoluciones judiciales será sancionado por la ley. Procediéndose al cotejo entre la decisión y la referida disposición legal, se ve que la afirmación de la Corte ecuatoriana fue en el sentido de reconocer que la Constitución le garantiza a **todos** los ciudadanos ecuatorianos el derecho al acceso a la justicia eximido de costas y que, por dicha razón, los aquí Demandados no habían pagado las costas judiciales en el correr del proceso de ejecución del fallo emitido en la Acción de Lago Agrio.

Como se observa, no hubo un pedido de justicia gratuita y, por lo tanto, (*tampoco hubo*) ninguna decisión en este sentido, de ello queda evidente la imposibilidad de extenderle a la presente acción un beneficio inexistente en el proceso que le dio origen, por lo cual tampoco se le aplica la Convención Interamericana sobre Eficacia Extraterritorial de las Sentencias y Laudos Arbitrales Extranjeros. -----

Es oportuno registrar que la referida decisión ecuatoriana de incautación se registró el 15/10/2012, mientras que el pedido de gratuidad de justicia en la SEC 8.542/EX se formuló antes, el 27/6/2012, y se decidió el 29/6/2012, todo lo cual nos deja evidente la imposibilidad de aplicar la citada Convención.

Además, consta, en los autos, una copia traducida, pasada y sellada en consulado, de la declaración jurada de Iván Alberto Racines Enríquez, abogado ecuatoriano doctor en jurisprudencia, sobre la verificación de si hubo o no de gratuidad de justicia a los 48 autores de la Acción de Lago Agrio, llegando el declarante a la conclusión de que (f. 908):[...] ninguna de las personas cuyos nombres constan como demandantes en la demanda que dio origen al juicio de Lago Agrio, sea a título personal o por intermedio de Procurador Judicial, solicitaron litigar con el beneficio de amparo de pobreza, regulado por el Código de Procedimiento Civil, ni por lo tanto les fue concedido ese beneficio por orden judicial. --

Carolina Ca  
a Pública de  
F.º 243 Capital  
ción CTCBA I

Carolina Cas  
a Pública de P  
F.º 243 Capital Fe  
N.º

Ana Carolina Casciano  
Traductora Pública de Portugués  
Mat. T.º XXII F.º 243 Capital Federal/CABA  
Inscripción CTCBA N.º 6841

Tr  
Ma

A  
Truch  
Mat. T.  
n



En ese mismo sentido, el ya citado César Coronel Jones, en su dictamen, assera que (fs. 1.274-1.275):

20. El Litigio de Lago Agrio se inició en el año 2003, cuando no regía la gratuidad de la administración de la justicia sino que existía la obligación de pagar tasas además de las otras costas. -----

Con relación a dicho proceso, los demandantes no solicitaron, y por ende no obtuvieron, el amparo de pobreza. De acuerdo con los documentos que he analizado, ello está evidenciado por: (i) la inexistencia de una demanda de amparo de pobreza presentada por los Demandantes de Lago Agrio, la falta de un procedimiento separado al Litigio de Lago Agrio en lo relativo al amparo de pobreza, la falta de traslado de la misma a la contraparte y la inexistencia de una sentencia judicial que lo hubiera concedido; (ii) el pago de la correspondiente tasa en el momento de presentación de la demanda el 7 de mayo de 2003, y (iii) el hecho de que los demandantes pagaron las demás costas que les correspondieron a lo largo del litigio, cuyo reembolso han solicitado en el trámite de ejecución en el Ecuador de la sentencia dictada en el Litigio de Lago Agrio. -----

Aquí, es oportuno transcribir el aclarador trecho del dictamen del Ministerio Público (fs. 3.415-3.416):

En ese particular aspecto, los requeridos defienden que “la decisión ecuatoriana dictada el 15.10.12” (f. e-STJ 1.926), derivada de “expreso pedido formulado por los impugnados en el proceso de origen” (f. e-STJ 1.926), configura el acto de concesión del beneficio, teniendo en cuenta la declaración de la Autoridad Juzgadora de que “en este proceso de ejecución no se exigió de los demandantes el pago de valor, tasa, embargo o ninguna garantía” (f. e-STJ 1.926). No obstante, a pesar de los esfuerzos argumentativos de los requeridos, algunos hechos señalados por la requirente devienen irrefutables –y, tal vez exactamente por eso, no fueron negados por la parte contraria: i) “la Decisión Ecuatoriana de Embargo que, según los impugnados, supuestamente habría concedido el beneficio de litigar sin gastos en el Ecuador fue dictada el 15.10.2012” (f. e-STJ 2.297), sin embargo “La SEC n° 8542/EC fue evaluada mucho antes, el 27.6.2012” (f. e-STJ 2.297), donde se concluye que, “al requerir el beneficio de litigar sin gastos en la SEC n° 8542/EC, los impugnados ni siquiera tenían cómo fundamentarlo en la Convención” (f. e-STJ 2.297); ii) “la Decisión Ecuatoriana de Embargo fue dictada en el proceso con el objetivo de ejecutar la Sentencia Ecuatoriana, siendo que para la Acción de Lago Agrio, los impugnados deberían haber requerido el beneficio de litigar sin gastos antes de presentar la demanda en 2003, lo que no fue realizado” (f. e-STJ 2.297), razón por la cual “la Decisión Ecuatoriana de Embargo es irrelevante para determinar si los impugnados fueron beneficiados con la asistencia judicial gratuita en la Acción de Lago Agrio, en la cual fue dictada la Sentencia Ecuatoriana [homologada]” (f. e-STJ 2.297); iii) “la Decisión Ecuatoriana de Embargo prevé que la Constitución de 2008 afirma la gratuidad de justicia en el

Ar  
Traduc  
Mat. T.º  
Ins.

Carolina  
Traductora  
Pública de Portugués  
Federal/CABA  
N.º 8841

Ana Carolina Casciano  
Traductora Pública de Portugués  
Mat. T.º XXI F.º 243 Capital Federal/CABA  
Inscripción CTPCBA N.º 8841

An  
Traduc  
T.º  
Ins.

Ana C  
Traductora  
Pública de Portugués  
Federal/CABA  
N.º 8841

Ecuador (art.75) (e-STJ f. 1.926)” (f. e-STJ 2.298), pero la decisión “también aclara que eso solo se aplicaría a los procedimientos para ejecución de la sentencia de la Acción de Lago Agrio, y no para la propia Acción de Lago Agrio que la antecedió y resultó en la Sentencia Ecuatoriana: ‘en este proceso de ejecución no se exigió de los demandantes [Impugnados] el pago de valor, tasa, embargo o ninguna garantía” (f. e-STJ 2.298), sin embargo, “esa circunstancia no tiene absolutamente ninguna relación con la concesión o no del beneficio de litigar sin gastos en el Ecuador, mucho menos con su pretendida aplicación por equivalencia en Brasil” (f. e-STJ 2.298); iv) los antes requeridos “pagaron las costas judiciales en el expediente de la acción ecuatoriana, incluyendo (i) la tasa judicial de US\$ 50; (ii) honorarios periciales oficiales de US\$ 420.488,00 [fs. e-STJ 1.308/1.317], como fue informado en el juicio por el propio Sr. Pablo Fajardo, abogado ecuatoriano de los impugnados que suscribió el instrumento de mandato de e-STJ fs. 1.932/1.943 y 2.096/2.121” (f. e-STJ 2.299). -----

17. Como se desprende de lo antedicho, los requeridos no lograron comprobar que el beneficio de litigar sin gastos realmente fue concedido por la Justicia Ecuatoriana en el proceso en que fue dictada la sentencia presentada en Brasil para su homologación. Así, no se les puede aplicar el art. 5° de la Convención Interamericana sobre Eficacia Extraterritorial de las Sentencias y Laudos Arbitrales Extranjeros (promulgada en Brasil por el Decreto n° 2.411/1997), según el cual “El beneficio de pobreza reconocido en el Estado de origen de la sentencia será mantenido en el de su presentación”. Además, como ya fue visto, la concesión del beneficio de litigar sin gastos en el expediente de la SEC n° 8.542/EC no puede ser analizada desde la óptica de la Ley n° 1.060/1950, vigente al momento en que fue solicitado el beneficio, pues su art. 2° restringía el beneficio a los extranjeros residentes en el país. -----

Finalmente, a pesar de que el beneficio de litigar sin gastos se ha establecido por la Ley n° 13.105/2015 (Nuevo Código Procesal Civil), que posibilita la concesión de ese beneficio a los extranjeros no residentes en Brasil, no se puede olvidar que, tratándose de temática de naturaleza material, no se puede aplicar la nueva legislación vigente, que solo incide inmediatamente a los procesos en trámite para las cuestiones de naturaleza procesal. Por lo tanto, desde cualquier óptica que se analice la cuestión, se infiere que los antes requeridos no podrían haber sido favorecidos con el beneficio de litigar sin gastos concedido en el expediente de la SEC n° 8.542/EC. -----

Finalmente, la alegación de miseria de los autores de la “Acción de Lago Agrio” debe ser negada abiertamente visto los enormes montos que gastaron en el correr de la demanda, cuyo detalle en profundidad se encuentra nos autos de la SEC 8.542/EX. -----

Caroli  
ra Púb!  
II F.º 24  
ción C1

Ana Carolina Casclano  
Traductora Pública de Portugués  
Mat. T.º XXI F.º 243 Capital Federal/CABA  
Inscripción CIPCBA N.º 8841

a C  
tore  
XXI  
ción C1

Prof  
Púb  
º 24  
ón C

A forma de mero ejemplo, está anexada a las fs. 1.308-1.309, alegación al Juicio de ejecución, elaborada por el abogado ecuatoriano de los aquí Demandados, Pablo Fajardo, en que éste enumera una serie de pagos efectuados por la parte autora a los peritos que actuaron en el proceso de Lago Agrio, llegando a un valor de US\$ 420.488,00.

Ante lo expuesto, acepto el pedido y revoco el beneficio de gratuidad de justicia otorgado en los autos de la SEC 8.542/EX.

Es el voto.

**CERTIFICADO DE COSA JUZGADA**

**CORTE ESPECIAL**

**Número de Registro: 2013/0072640-8 PROCESO ELECTRÓNICO**

**Pet 9.815 / DF**

**PAUTA: 20/09/2017 JUZGADO: 20/09/2017**

**Relator**

Su Señoría Sr. Ministro **LUIS FELIPE SALOMÃO**

**Ministro Impedido** Su Señoría Sr. Ministro: **FELIX FISCHER**

Presidente de la Sesión Su Señoría Sra. Ministra **LAURITA VAZ**

Subprocurador-General de la República Su Señoría Sr. Dr. **LUCIANO MARIZ MAIA**

Secretaria Lic. **VÂNIA MARIA SOARES ROCHA**

**ACTUACIÓN**

**DEMANDANTE: CHEVRON CORPORATION**

**ABOGADOS: CELSO CINTRA MORI Y OTRO(S) - SP023639 LEONARDO PERES DA ROCHA Y SILVA - DF012002 CARLOS MÁRIO DA SILVA VELLOSO - DF023750**

**DEMANDADO: MARIA AGUINDA SALAZAR Y OTROS**

**ABOGADO: SÉRGIO BERMUDEZ - DF002192A**

**ASUNTO: DERECHO CIVIL - Responsabilidad Civil**

**SUSTENTACIÓN ORAL**

Estuvieron presentes en la sesión los Drs. Celso Cintra Mori y Carlos Mário da Silva Velloso, por la Demandante, y el Dr. André Silveira, por los Demandados, la sustentación oral ha sido diferida para luego de la conclusión del análisis del pedido de renuncia.

**CERTIFICADO**

1 Casciano  
a de Português  
Capital Federal/CABA  
CBA N.º 8841

An  
Traduc  
Mat. T.º  
Inst

Ana Carolina Casciano  
Traductora Pública de Português  
Mat. T.º XVI F.º 243 Capital Federal/CABA  
Inscripción/OTPCBA N.º 8841

lar  
Pr  
º  
ón

na  
lca  
3 C  
PC

Certifico que la ilustre CORTE ESPECIAL, al analizar el proceso en epígrafe en la sesión llevada a cabo en esta fecha, emitió el siguiente fallo: -----

Luego del voto del Sr. Ministro Relator, preliminarmente negando el pedido de renuncia hecho en los autos de la SEC n.º 8.542 y el voto anticipado del Sr. Ministro João Otávio de Noronha, en el mismo sentido, pidió opinión anticipada la Sra. Ministra Nancy Andriahi. -----

Aguardan los Srs. Ministros Mauro Campbell Marques, Benedito Gonçalves, Raul Araújo, Francisco Falcão, Humberto Martins, Maria Thereza de Asis Moura, Herman Benjamin, Napoleão Nunes Maia Filho, Jorge Musi y Og Fernandes. Impedido el Sr. Ministro Felix Fischer. -----

CERTIFICADO DE COSA JUZGADA -----

CORTE ESPECIAL -----

Número de Registro: 2013/0072640-8 PROCESO ELECTRÓNICO Pct 9.815 / DF -----

PAUTA: 20/09/201 JUZGADO: 04/10/2017 -----

Relator Su Señoría Sr. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO -----

Ministro Impedido Su Señoría Sr. Ministro: FELIX FISCHER -----

Presidente de la Sesión Su Señoría Sra. Ministra LAURITA VAZ -----

Subprocurador-General de la República Su Señoría Sr. Dr. OSWALDO JOSÉ --- BARBOSA SILVA -----

Secretaria Lic. VANIA MARIA SOARES ROCHA -----

ACTUACIÓN -----

DEMANDANTE : CHEVRON CORPORATION -----

ABOGADOS : CELSO CINTRA MORI Y OTRO(S) - SP023639 LEONARDO PERES DA ROCHA Y SILVA - DF012002 CARLOS MÁRIO DA SILVA VELLOSO - DF023750 -----

DEMANDADO: MARIA AGUINDA SALAZAR Y OTROS -----

ABOGADO: SÉRGIO BERMUDEZ - DF002192A -----

ASUNTO: DERECHO CIVIL - Responsabilidad Civil -----

SUSTENTACIÓN ORAL -----

Estuvieron presentes a la Sesión el Dr. André Silveira, por los Demandantes, y los Drs. Celso Cintra Mori y Carlos Máriode la Silva Velloso, por la requerida, la sustentación oral siendo diferida para la Sesión del día 18/10/2017. -----

CERTIFICADO -----

Certifico que la ilustre CORTE ESPECIAL, al analizar el proceso en epígrafe en la sesión llevada a cabo en esta fecha, emitió el siguiente fallo: -----

Carolina Cas  
ra Pública de  
il F.º 243 Capital  
pción CTPCBA N

Ana Carolina Casciano  
Traductora Pública de Portugués  
Mat. T.º XXI F.º 243 Capital Federal/CABA  
Inscripción CTPCBA N.º 8841

olina  
ública  
43 C:  
CTPC

Car  
de  
gibi  
BA N




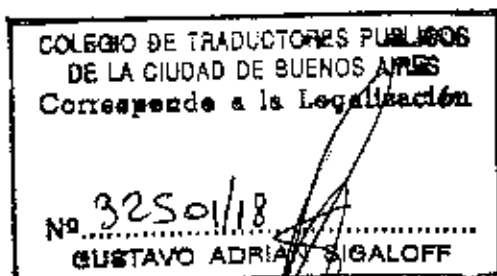
Dándole continuidad al juicio, luego del voto-opinión de la Sra. Ministra Nancy Andrichi divergiendo del Sr. Ministro Relator y, preliminarmente, convirtiendo el juicio de la SEC n.º 8.542 en diligencia para concederle a los Demandantes el plazo de 15 días para agregar a los autos el poder con facultades específicas para renuncia, en lo que fue acompañada por los Srs. Ministros Mauro Campbell Marques, Raul Araújo y Herman Benjamin, y los votos de los Srs. Ministros Benedito Gonçalves, Francisco Falcão, Humberto Martins, MariaThereza de Asis Moura, NapoleãoNunes Maia Filho, Jorge Musi y OgFernandes acompañando el voto del Sr. Ministro Relator, a Corte Especial, por mayoría, se negó el pedido de renuncia hecho en los autos de la SEC n.º 8.542, según lo plasmado en el voto del Sr. Ministro Relator, y postergó la continuación del juicio para la próxima Sesión.-----

Los Srs. Ministros João Otávio de Noronha, Benedito Gonçalves, Francisco Falcão, Humberto Martins, Maria Thereza de Asis Moura, Napoleão Nunes Maia Filho, Jorge Musi y Og Fernandes votaron con el Sr. Ministro Relator. Vencida la Sra. Ministra Nancy Andrichi y los Srs. Ministros Mauro Campbell Marques, Raul Araújo y Herman Benjamin. -----

Impedido el Sr. MinistroFelix Fischer. -----

Ausentes, justificadamente, los Srs. MinistrosFelix Fischer y João Otávio de Noronha. -----

Es traducción fiel al idioma castellano del documento que adjunto redactado en idioma portugués en la ciudad de Buenos Aires, a los 26 días del mes de Abril de año de 2018. -----



Ana Carolina Casciano  
Traductora Pública de Portugués.  
Mat. T.º XXII F.º 213 Capital Federal/CAB.  
Inscripción CTPCBA N.º 8841



iano  
rtugués  
eral/CABA  
8841

Ana Carolina Casciano  
Traductora Pública de Portugués  
Mat. T.º XXI F.º 243 Capital Federal/CABA  
Inscripción CTPCBA N.º 8841



Casciano  
de Portugués  
pital Federal/CABA  
3A N.º 8841





# COLEGIO DE TRADUCTORES PÚBLICOS DE LA CIUDAD DE BUENOS AIRES

República Argentina  
Ley 20305

## LEGALIZACIÓN



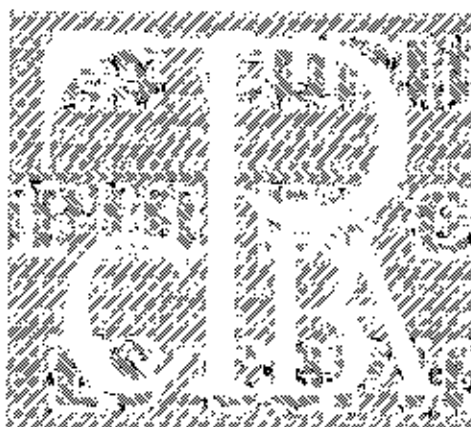
Por la presente, el COLEGIO DE TRADUCTORES PÚBLICOS DE LA CIUDAD DE BUENOS AIRES, en virtud de la facultad que le confiere el artículo 10 inc. d) de la ley 20305, certifica únicamente que la firma y el sello que aparecen en la traducción adjunta concuerdan con los correspondientes

al/a la Traductor/a Público/a CASCIANO, ANA CAROLINA

que obran en los registros de esta institución, en el folio 243 del Tomo 22 en el idioma PORTUGUÉS

Legalización número: **32501**

Buenos Aires, 07/05/2018



**MARCELO F. SIGALOFF**  
Gerente de Legalizaciones  
Colegio de Traductores Públicos  
de la Ciudad de Buenos Aires

ESTA LEGALIZACIÓN NO SE CONSIDERARÁ VÁLIDA SIN EL CORRESPONDIENTE  
TIMBRADO DE CONTROL EN LA ÚLTIMA HOJA DE LA TRADUCCIÓN ADJUNTA

Control interno: 38028232501



By virtue of the authority vested in the COLEGIO DE TRADUCTORES PÚBLICOS DE LA CIUDAD DE BUENOS AIRES (Buenos Aires Sworn Translators Association) by Argentine law No. 20 305 section 10(d), I hereby CERTIFY that the seal and signature affixed on the attached translation are consistent with the seal and signature on file in our records.

The Colegio de Traductores Públicos de la Ciudad de Buenos Aires only certifies that the signature and seal on the translation are genuine; it will not attest to the contents of the document.

THIS CERTIFICATION WILL BE VALID ONLY IF IT BEARS THE PERTINENT CHECK STAMP ON THE LAST PAGE OF THE ATTACHED TRANSLATION.

Vu par le COLEGIO DE TRADUCTORES PÚBLICOS DE LA CIUDAD DE BUENOS AIRES (Ordre des Traducteurs Officiels de la ville de Buenos Aires), en vertu des attributions qui lui ont été accordées par l'article 10, alinéa d) de la Loi n° 20.305, pour la seule légalisation matérielle de la signature et du sceau du Traductor Público (Traducteur Officiel) apposés sur la traduction du document ci-joint, qui sont conformes à ceux déposés aux archives de cette Institution.

LE TIMBRE APPOSÉ SUR LA DERNIÈRE PAGE DE LA TRADUCTION FERA PREUVE DE LA VALIDITÉ DE LA LÉGALISATION.

Il COLEGIO DE TRADUCTORES PÚBLICOS DE LA CIUDAD DE BUENOS AIRES (Ordine dei Traduttori abilitati della Città di Buenos Aires) CERTIFICA ai sensi dell'articolo 10, lettera d) della legge 20.305 che la firma e il timbro apposti sulla qui unita traduzione sono conformi alla firma e al timbro del Traduttore abilitato depositati presso questo Ente. Non certifica il contenuto della traduzione sulla quale la certificazione è apposta.

LA VALIDITÀ DELLA PRESENTE CERTIFICAZIONE È SUBORDINATA ALL'APPOSIZIONE DEL TIMBRO DI CONTROLLO DEL CTPCBA SULL'ULTIMA PAGINA DELL'ALLEGATA TRADUZIONE.

Por meio desta legalização, o COLEGIO DE TRADUCTORES PÚBLICOS DE LA CIUDAD DE BUENOS AIRES (Colégio dos Tradutores Públicos da Cidade de Buenos Aires), no uso de suas atribuições e em conformidade com o artigo 10, alínea "d", da Lei 20.305, somente reconhece a assinatura e o carimbo do Tradutor Público que subscreve a tradução em anexo por semelhança com a assinatura e o carimbo arquivados nos registros desta instituição.

A PRESENTE LEGALIZAÇÃO SÓ TERÁ VALIDADE COM A CORRESPONDENTE CHANCELA MECÂNICA APOSTA NA ÚLTIMA FOLHA DA TRADUÇÃO.

COLEGIO DE TRADUCTORES PÚBLICOS DE LA CIUDAD DE BUENOS AIRES (Kammer der vereidigten Übersetzer der Stadt Buenos Aires). Kraft der Befugnisse, die ihr nach Art. 10 Abs. d) von Gesetz 20.305 zustehen, bescheinigt die Kammer hiermit lediglich die Übereinstimmung der Unterschrift und des Siegelabdruckes auf der beigefügten Übersetzung mit der entsprechenden Unterschrift und dem Siegelabdruck des vereidigten Übersetzers (Traductor Público) in unseren Registern.

DIE VORLIEGENDE ÜBERSETZUNG IST OHNE DEN ENTSPRECHENDEN GEBÜHRENSTEMPEL AUF DEM LETZTEN BLATT DER BEIGEFÜGTEN ÜBERSETZUNG NICHT GÜLTIG.